PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISÓLITA -MG CNPJ N° 01.614.283/0001-24



Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2024 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2024 EDITAL

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISÓLITA - MG**, inscrito no CNPJ N° 01.614.283/0001-24, com sede à Praça José Quaresma da Costa, 08, Centro, na cidade de Crisólita - MG, CEP 39.885-000, por intermédio do Setor de Licitações e Compras, torna público que, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos do Artigo n° 75, inciso II da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal n° 233/2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA	Plataforma de Licitações Licitar Digital (AMM Licita) www.licitardigital.com.br
INÍCIO DO ENVIO DAS PROPOSTAS	Dia 14/11/2024 às 08:00h
FIM DO ENVIO DAS PROPOSTAS	Dia 21/11/2024 às 07:59h
DATA DA SESSÃO E HORÁRIO DA DISPUTA	Dia 21/11/2024 de 08:00h às 11:00h

1. DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto desta Chamada Pública a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A AQUISIÇÃO DE ARTIGOS NATALINOS, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, na modalidade de Dispensa Eletrônica, conforme especificações e exigências estabelecidas no termo de referência Anexo I.
- 1.2. Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:
- 1.2.1. ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA:
- 1.2.2. ANEXO II MODELO DE PROPOSTA;
- 1.2.3 ANEXO III MINUTA CONTRATUAL.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste documento e seus anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.4. **Referência de Tempo:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília / DF.



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

1.5. Exclusividade ME / EPP / Equiparadas: Sim.

1.6. Os trabalhos serão conduzidos pelo Agente de Contratação, Sr. Samuel Xaveir dos Santos, auxiliado pela equipe de apoio, nomeados pela Portaria nº 210, de 31 de Outubro de 2024, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos pelo sistema Licitar Digital.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

- 2.1. O licitante interessado deverá fazer seu cadastro junto a plataforma de licitação da Associação Mineira dos Municípios AMM, podendo fazê-lo no sistema LICITAR DIGITAL.
- 2.1.1. Para realizar o cadastro utilizando o sistema de licitações, deverá acessar o seguinte endereço: https://ammlicita.org.br.
- 2.1.2. Em seguida preencherá o cadastro através do endereço https://app2.ammlicita.org.br/cadastro/, onde o licitante deverá realizar o cadastro com seu CPF e após cadastrar sua empresa, na opção "Cadastrar Fornecedor".
- 2.1.3. Deverá ser localizado o certame o qual o licitante tenha interesse em participar. Localizado o processo aparecerão as opções de pagamento.
- 2.2. O procedimento será divulgado na AMM Licita, no site oficial do Município de Crisólita em https://crisolita.mg.gov.br e ainda no Diário Oficial do Município em https://www.diario.crisolita.mg.gov.br, e encaminhado automaticamente aos licitantes registrados no sistema, por meio de mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
- 2.3. O licitante é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no sistema de dispensa eletrônica, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 2.4. Não poderão participar desta dispensa de licitação os licitantes:
- 2.4.1. Que não atendam às condições deste documento e seu(s) Anexo(s);
- 2.4.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.4.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:
- a Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- c Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si; e
- d Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- e Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- f Agente público do órgão ou entidade licitante;
- g Empresas com falência decretada;
- 2.5. O disposto na alínea "a" aplica-se também ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;
- 2.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 3.1. O ingresso do licitante na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastro de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 3.2. O licitante interessado, após a divulgação deste aviso, encaminhará, exclusivamente por meio do sistema de Dispensa Eletrônica na plataforma AMM Licita, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- 3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto, vinculam a Contratada.



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

- 3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na aquisição dos produtos.
- 3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 3.6. Independente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
- 3.7. A apresentação das propostas implica a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência.
- 3.8. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.9. No cadastro da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar o Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 3.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.9.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 3.9.3. Que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- 3.9.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91;
- 3.9.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empresa menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.
- 3.10. A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no **Anexo II** deste Edital.



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

- 3.11. As propostas de preço que não estiverem em conformidade com as exigências deste Edital serão desconsideradas e desclassificadas.
- 3.12. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores somente poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la antes do início da sessão. Após o Horário agendado para o início da fase de lances não serão mais aceitas quaisquer mudanças na proposta

4. ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO

- 4.1. A presente chamada pública ficará ABERTA POR UM PERÍODO MÍNIMO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data da divulgação no site, fazendo referência a DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2024.
- 4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

ATENÇÃO!

- 4.3 Para classificação das propostas, deverão os licitantes anexar a proposta orçamentária, conforme modelo constante no Anexo II, com a descrição dos itens, unidade de medida, quantitativo, marca (quando for o caso), valor unitário e total geral.
- 4.4 Ao final do certame, deverá o licitante vencedor atualizar a proposta com os descontos ofertados de forma homogênea, mantendo-se a proporção de desconto para cada item, a fim de evitar jogo de planilhas.

4.5 — O licitante não poderá se identificar de forma alguma no preenchimento da proposta, sob pena de desclassificação.

- 4.6 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.
- 4.7 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1° da LC n° 123, de 2006.
- 4.8 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da dispensa eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.9 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

- 4.10 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 4.11 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 4.12 Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pelo Agente de Contratação, de no mínimo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.
- 4.13 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 4.13.1 Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do Agente de Contratação, via sistema.
- 4.14 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 4.15 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 4.16 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 4.17 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

5. DA FASE DE LANCES

- 5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema, sendo encerrado no horário de finalização de lances também previsto neste Aviso.
- 5.1.1. Duração da etapa de lances: **3 (três) horas**.



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

- 5.2. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.3.1. O licitante poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 5.5. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.6. Durante o procedimento, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente ou ordem decrescente de classificação.
- 5.8. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.
- 5.9. Caso o fornecedor possua qualquer tipo de dúvida quanto à operacionalidade do sistema eletrônico, este deverá recorrer previamente ao manual do fornecedor disponibilizado na Plataforma de Licitações Licitar Digital, ou buscar auxílio por meio de canais de atendimento da plataforma.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 6.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 6.2. Definido o resultado do julgamento, caso o preço da proposta do primeiro colocado esteja acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
- 6.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
- 6.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

- 6.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 6.4. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estimado para a contratação, será solicitada, ao licitante, a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.
- 6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- I Contiver vícios insanáveis;
- II Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso ou em seus anexos;
- III Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- IV Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso ou seus Anexos, desde que insanáveis.
- 6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.8. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 6.8.1. For insuficiente para a cobertura dos custos de contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescido dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;
- 6.8.2. Apresentar um ou mais valores da proposta de preços sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 6.9. Erros em preenchimento da proposta não constituem motivo para a sua desclassificação. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

- 6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" do sistema a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação serão:

7.1.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 7.1.1.1. Registro comercial no caso de firma individual;
- 7.1.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- 7.1.1.3. Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- 7.1.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2 - DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do cartão do **CNPJ**, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;
- b) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e** à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o instituto Nacional de **Seguridade Social INSS**, através de certidão expedida conjuntamente pela



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;

- c) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;
- d) Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Pública Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

7.1.3. Da Qualificação Econômico – Financeira:

- a) Certidão negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial e de Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data de emissão não anterior a 90 (noventa) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.
- 7.2. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.3. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
- 7.4. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 7.4.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (§ 1º do art. 43, da Lei Complementar nº 123, de 2006).



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

- 7.5. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de até 5 dias úteis, sob pena de inabilitação.
- 7.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ ou CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 7.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.7.1. Serão aceitos registro de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 7.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste documento.
- 7.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o licitante será habilitado.

Nota – Será aplicado no presente edital o entendimento adotado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), no Acórdão nº 1211/2021:

"Acórdão 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3°, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro"

8. DOS RECURSOS

8.1. O Agente de Contratação declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de, no máximo, 30 (trinta) minutos, para que qualquer fornecedor manifeste a intenção de recorrer, de forma



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

- 8.2. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública desta Dispensa Eletrônica, implica decadência desse direito, ficando a Autoridade Competente autorizada a adjudicar o objeto ao FORNECEDOR VENCEDOR.
- 8.3. Havendo quem se manifeste, caberá ao Agente de Contratação verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 8.3.1. Nesse momento o Agente de Contratação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 8.3.2. A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação ao FORNECEDOR VENCEDOR.
- 8.4. A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dia úteis, ficando os demais FORNECEDORES, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 8.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 9.2. Homologado o resultado da licitação, a vencedora terá o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação específica, para assinar diretamente na sede da Prefeitura Municipal de Crisólita, ou enviar o documento assinado digitalmente no prazo máximo 02 (dois) dias úteis, o que obedecerá as condições indicadas na minuta, na qual estão definidas as condições de execução, do pagamento dos preços, as obrigações da contratada e as penalidades que estará sujeita para eventual inobservância das condições ajustadas.
- 9.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 9.3.1. A referida nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

- 9.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 9.4. O prazo de vigência da contratação é estabelecido no Termo de Referência.
- 9.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 10.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 10.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 10.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 10.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 10.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 10.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 10.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9°).



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

- 10.3. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7°).
- 10.4. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
- 10.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8°).
- 10.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1°):
- 10.8.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.8.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 10.8.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.8.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
- 10.9. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 10.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

- 10.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

11.DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista na Lei Orçamentária Anual – LOA do Município de Crisólita - MG para o exercício de 2024, na classificação:

02.09.02-15.452.0023.2088-3.3.90.39.00- FICHA 0592

12. DO VALOR ESTIMADO

12.1.O valor estimado para esta contratação é de R\$ 29.830,02 (VINTE E NOVE MIL, OITOCENTOS E TRINTA REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS)

13.DO PAGAMENTO

13.1.O pagamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Finanças do Contratante, no prazo de até 30 (trinta), após apresentação de nota fiscal e atesto do setor competente.

14.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Poderá o Município de Crisólita MG revogar o presente Edital da Chamada Pública, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.
- 14.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 14.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;
- 14.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;
- 14.2.3. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento;
- 14.2.4. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 14.3. Havendo necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste neste Aviso de Contratação Direta, deverá ser



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

- 14.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 14.5. A administração deverá anular o presente Edital da Chamada Pública, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.
- 14.6. A anulação do procedimento de Chamada Pública, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 14.7. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela administração.
- 14.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 14.9. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 14.10. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 14.11. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.12. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 14.13. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 14.14. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

14.15 – O Instrumento Convocatório é parte integrante do Contrato.

14.16. Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto à Comissão de Contratação, nos dias úteis, das 7h às 13h ou pelo telefone (33) 3611-8000 e e-mail: <u>licitacao@crisolita.mg.gov.br</u>. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através do Portal Eletrônico http://www.licitardigital.com.br.

Crisólita, 13 de Novembro de 2024.

Karia Silene Gonçalves Souto Secretária Municipal de Administração

1.3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISÓLITA -MG

CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2024 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2024 ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA-TR

ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Administração.

1. OBJETO

A presente licitação tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA DECORAÇÃO NATALINA NO MUNICÍPIO DE CRISÓLITA conforme as especificações deste Termo de Referência, para atender as necessidades da secretaria de administração do município de crisólita/Mg.

1.1 Especificações e quantidades

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	2,0	Arvore tradicional decorada e iluminada, medindo no mínimo 6,0M de altura x 2,5M na base, confeccionada em tubo mecânico de, no mínimo 1" de diâmetro x 2mm exp., ferro mecânico, decorada com fastão, bolas, pinhas e estrelas de acetato. Iluminação: cordões de lampadinhas e lâmpadas estrobos flash. No topo, estrela luminosa de 5 pontas com, no mínimo, 0,60 de altura x 0,6 de largura, produzida em arame galvanizado e contornada com mangueira luminosa de led.	R\$ 3.066,67	R\$ 6.133,33
02	500,0	Mangueira luminosa led, com 30 lâmpadas por metro, com visualização 360°, cobertura em PVC com filtro UV, ,com possibilidade de corte a cada 2 metros. 220V. incluindo cabos de força conexões e emendas necessárias.	R\$ 7,17	R\$ 3.583,35
03	2,0	Teto estrelado luminoso medindo, 3,0M de largura x 6,0M de cumprimento, cordão de micro lâmpadas de led na cor branco quente com espaço entre linhas de 10cm. 40 estrelas tridimensionais de 8 pontas, medindo 30cm entre pontas e 08cm de profundidade, confeccionada em acetato prata e contornada com galão de passamanaria prateada nos dois lados.	R\$ 816,67	R\$ 1.633,33
04	2,0	Letreiro "FELIZ NATAL" bipartido com as palavras "FELIZ" e "NATAL", cada parte medindo, no mínimo, 2,5m de comprimento x 0,7m de altura, confeccionado em tubo metálico ¾, ferro redondo 5/16" forrado com tecido dublado e astracã. Iluminação: mangueira de led no	R\$ 1.466,67	R\$ 2.933,33



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

		contorno. Medidas totais: 0,7 de altura x 5,5m de comprimento.		
05	8,0	Enfeite luminoso em forma de túnel de led com estrelas, tamanho mínimo de 3,2m altura x 4,4m largura x 6,0m Comprimento, produzido em estrutura metálica galvanizada de tubos metalon 20x20 PAR18, ferros Chatos 3/8 x 1/8, redondo 3/8, contornado com mangueira luminosa LED 13mm e 36 lâmpadas por metro, com aplicação de conjuntas de micro lâmpadas led.	R\$ 596,67	R\$ 4.773,33
06	8,0	Estrela com cauda 3D- tamanho 115x 100cm, Figura luminosa "ESTRELA C/ CAUDA" produzido em estrutura metálica galvanizada, de tubos metalon 20x20 e ferros chatos 3/8x1,8, redondos 3/8, contornado com mangueira led 12mm e 30 led/metro na cor branca para uso externo potencia 220v	R\$ 710,00	R\$ 5.680,00
07	2,0	"PAPAI NOEL" em altura de 1,75mx 1,20m largura x 1,20m profundidade. Peça tridimensional em fibra de vidro, no formato de noel em estilizado, realista de sem boca, túnica cor vermelha, até a altura das botas punhos e bordas simulando pele branca com um bico esvoaçante na parte traseira, acentuando o movimento. Botas pretas gigantes em movimento de passo, estando uma para trás e outra para a frente. Mãos com luvas pretas se posicionam na altura do início do rosto e na parte inferior da barba	R\$ 2.546,67	R\$ 5.093,33

O Valor estimado da proposta será de R\$ 29.830,02 (VINTE E NOVE MIL, OITOCENTOS E TRINTA REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS)

1.2 Da natureza do objeto

- **1.2.1**. Não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto n. ° 231, de 10 de janeiro de 2024.
- **1.2.2** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado.

1.3 Especificações Técnicas:

1.3.1. Iluminação:

- **Tipo de lâmpada**: LED de baixo consumo energético, com índice de proteção IP65 para garantir resistência à água e poeira.
- Cores: Preferencialmente luzes brancas, douradas, vermelhas e verdes, para manter o padrão natalino.



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

1.3.2 Intensidade: A intensidade deve ser ajustável, evitando poluição luminosa e garantindo uma iluminação suave e agradável.

• **Fixação**: Os cabos e as lâmpadas devem estar devidamente fixados, com suportes e proteções adequados para evitar movimentação e riscos de curtocircuito.

1.3.3 Materiais Decorativos

- **Estruturas principais:** Árvores de Natal e estrelas em estrutura metálica galvanizada, figuras natalinas (Papai Noel, renas, trenós), fabricados em materiais duráveis e resistentes às intempéries, como fibra de vidro, alumínio e PVC tratado.
- **Acabamento:** Todos os itens devem ter acabamento resistente a desgastes e descoloração, com pintura UV resistente.
- **Sustentabilidade:** Preferência por materiais recicláveis ou biodegradáveis sempre que possível.

1.3 4. Instalação e Estrutura de Fixação

- **Fixação das Estruturas:** Os enfeites devem ser fixados em pontos seguros, respeitando as normas de segurança. Devem ser utilizados cabos de aço inoxidável ou suportes galvanizados, que ofereçam resistência e estabilidade.
- **Peso máximo**: As estruturas devem ser leves, com peso adequado para evitar sobrecarga em postes, árvores ou outros pontos de instalação.
- **Aterramento e Proteção:** Todos os elementos que utilizam eletricidade devem ser aterrados, com disjuntores específicos para evitar curto-circuitos.

1.3.5 Cronograma de Execução

- **Prazos**: A instalação deve iniciar no mínimo 30 dias antes das festividades e estar concluída até 1 semana antes do início da programação natalina.
- **Desmontagem:** A desmontagem deve ocorrer no máximo 10 dias após o término das festividades natalinas, com a retirada de todos os itens decorativos e a limpeza das áreas.

1.3 .6 Manutenção Preventiva e Corretiva

- **Monitoramento constante**: A empresa responsável deve realizar vistorias semanais, identificando e solucionando possíveis falhas na iluminação ou nos enfeites.
- **Reparo imediato**: Em caso de falhas, a equipe de manutenção deve estar disponível para reparos dentro de 24 horas, garantindo o pleno funcionamento da decoração durante todo o período de exibição.



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

1.3.7 Segurança e Conformidade Normativa

- **Certificação dos Produtos:** Todos os produtos elétricos e materiais decorativos devem ser certificados pelos órgãos de regulamentação de segurança elétrica e estrutural.
- **EPI para a Equipe:** A empresa contratada deve garantir o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) para a equipe durante a instalação e manutenção.
- **Sinalização:** Durante a instalação e desmontagem, áreas em uso devem ser devidamente sinalizadas para evitar acidentes com transeuntes.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA DECORAÇÃO NATALINA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CRISÓLITA é fundamental para criar um ambiente festivo, seguro e visualmente impactante que beneficie a comunidade local e valorize o espaço urbano. A decoração natalina vai além do embelezamento temporário; ela representa uma tradição cultural que promove o bem-estar e fortalece os laços comunitários, incentivando o sentimento de pertencimento entre os moradores e atraindo visitantes.

A presença de uma decoração natalina atrativa gera impacto direto na economia local, uma vez que incentiva o turismo e o comércio. As decorações festivas nas áreas centrais da cidade atraem maior circulação de pessoas, estimulando o consumo no comércio, bares e restaurantes, o que é especialmente vantajoso para o desenvolvimento econômico durante a temporada de final de ano.

Além disso, uma empresa especializada assegura a execução com segurança e eficiência, desde a escolha de materiais adequados até a instalação correta, evitando riscos de acidentes e garantindo a durabilidade dos enfeites e das iluminações. Esse cuidado é essencial para preservar o patrimônio público e a segurança da população.

Com uma equipe qualificada, a empresa contratada pode oferecer serviços de manutenção preventiva e corretiva, assegurando que a decoração permaneça em perfeito estado durante todo o período de exibição. A escolha de materiais sustentáveis e iluminação de LED, além de reduzir o consumo de energia, diminui o impacto ambiental, alinhando-se às práticas de sustentabilidade do município.

Assim, a contratação de uma empresa especializada para a decoração natalina é justificada pela necessidade de oferecer uma experiência de alta qualidade à população, promovendo benefícios culturais, econômicos e ambientais para o município.

O valor máximo para o item foi definido através do menor preço obtido entre os orçamentos solicitados pela Administração a empresas distintas.



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

2.1 Da vigência: O prazo de vigência contratual será definido no documento respectivo.

3. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

- 3.1 Será adotado a dispensa de licitação.
- 3.2. Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014):

•	() Valor referencial inferior a R\$ 80.000,00 por item (participação exclusiva para /EPP).
() Valor referencial superior a R\$ 80.000,00 por item (ampla concorrência).
(ME) Valor referencial superior a R\$ 80.000,00 de natureza divisível (com cota para /EPP).
apl em	Valor referencial superior a R\$ 80.000,00 de natureza divisível, porém não sendo licável tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e presas de pequeno porte por não ser mais vantajoso para a administração olica

- 3.2.1 Percentual para aplicação do Art. 48 da Lei Complementar n.º 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014): 25,00 %
- 3.3 Não há necessidade de vistoria prévia, pois se trata de serviços de baixa complexiade
- 3.4 Não Será admitida a participação de consórcios.
- 3.5 NÃO Será admitida a participação de cooperativas?
- 3.6 NÃO Será admitida a subcontratação
- 3.7 Do agrupamento de itens em lotes
- 3.7.1 A aquisição/contratação se dará em lotes

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

- **4.1. Não** serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços):
- 4.2 Não Será exigido amostra do(s) produto(s)/demonstração do(s) serviço(s):



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

5.1. Habilitação Jurídica

- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- Microempreendedor Individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

5.3. Qualificação econômico-financeira

• Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor -Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 Prazo de entrega dos Equipamento

Até 10 (dez) dias úteis contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

6.2. Local, horário e endereço de entrega

Locais diversos dentro do município de Crisólita.

6.3. Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica

(X) Garantia e/ou assistência técnica

Especificar condições:

- Garantia: 1 (ano) ano contra defeitos de fabricação.
- **Assistência Técnica**: A contratada deverá prestar assistência técnica durante toda vigência do contrato, com cobertura para peças e mão de obra.

7. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

7.1 Da contratada

Obriga-se a empresa vencedora:



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto ou execução do serviço;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional:
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento:
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- I) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

7.1 Da contratante

Obriga-se a Administração/Contratante:



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas:
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação.

8 - DO CONTRATO

8.1 INSTRUMENTO CONTRATUAL

8.1.1 Autorização de Fornecimento + Contrato de garantia e assistência técnica

8.2 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Gestor:

Nome: KATIA SILENE GONÇALVES SOUTO

Cargo: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Matrícula: 1949

E-mail:administração@crisolita.mg.gov.br

Fiscal:

Nome: Vangele Gomes Azevedo

Cargo: CHEFE DA DIVISÃO DE CONVENIOS

Matrícula: 2568

E-mail: vangeleazevedoadm@gmail.com

9.0 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

9.1 Prazos

Prazo de troca de bens rejeitados: <u>5 (cinco) dias corridos</u> .
Prazo de recebimento definitivo do objeto: até 30(trinta) dias
Prazo de liquidação do documento fiscal: Em até 10(dez) dias uteis após o recebimento definitivo .
Prazo de pagamento: Até <u>5(cinco) dias uteis após a liquidação</u> .
10.DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
Secretaria de administração:

VANGELE GOMES AZEVEDO
CHEFE DA DIVISÃO DE CONVENIOS

02.09.02-15.452.0023.2088-3.3.90.39.00- FICHA 0592



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

ANEXO II

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2024 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2024

MODELO DE PROPOSTA

Ao Agente de Contratação Prefeitura Municipal de Crisólita – MG.

Prezado Senhor,

Declaramos aceitos os termos do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2024, modalidade DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2024, apresentando-lhes nossa proposta para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA DECORAÇÃO NATALINA NO MUNICÍPIO DE CRISÓLITA conforme as especificações deste Termo de Referência, para atender as necessidades da secretaria de administração do município de crisólita/Mg.

1.1 Especificações e quantidades

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	UNID.	2	Arvore tradicional decorada e iluminada, medindo no mínimo 6,0M de altura x 2,5M na base, confeccionada em tubo mecânico de, no mínimo 1" de diâmetro x 2mm exp., ferro mecânico, decorada com fastão, bolas, pinhas e estrelas de acetato. Iluminação: cordões de lampadinhas e lâmpadas estrobos flash. No topo, estrela luminosa de 5 pontas com, no mínimo, 0,60cm de altura x 0,6cm de largura, produzida em arame galvanizado e contornada com mangueira luminosa de led.		
2	m	500	Mangueira luminosa led, com 30 lâmpadas por metro, com visualização 360°, cobertura em PVC com filtro UV, com possibilidade de corte a cada 2 metros. 220V. incluindo cabos de força conexões e emendas necessárias.		
3	UNID.	2	Teto estrelado luminoso medindo, 3,0M de largura x 6,0M de cumprimento, cordão de micro lâmpadas de led na cor branco quente com espaço entre linhas de 10cm. 40 estrelas tridimensionais de 8 pontas, medindo 30cm entre pontas e 08cm de profundidade, confeccionada em		



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

			acetato prata e contornada com galão de passamanaria prateada nos dois lados.		
4	UNID.	2	Letreiro "FELIZ NATAL" bipartido com as palavras "FELIZ" e "NATAL", cada parte medindo, no mínimo, 2,5m de comprimento x 0,7m de altura, confeccionado em tubo metálico 3/4, ferro redondo 5/16" forrado com tecido dublado e astracã. Iluminação: mangueira de led no contorno. Medidas totais: 0,7 de altura x 5,5m de comprimento.		
5	UNID.	8	Enfeite luminoso em forma de túnel de led com estrelas, tamanho mínimo de 3,2m altura x 4,4m largura x 6,0m Comprimento, produzido em estrutura metálica galvanizada de tubos metalon 20x20 PAR18, ferros Chatos 3/8 x 1/8, redondo 3/8, contornado com mangueira luminosa LED 13mm e 36 lâmpadas por metro, com aplicação de conjuntas de micro lâmpadas led.		
6	UNID.	8	Estrela com cauda 3D- tamanho 115x 100cm, Figura luminosa "ESTRELA C/CAUDA" produzido em estrutura metálica galvanizada, de tubos metalon 20x20 e ferros chatos 3/8x1,8, redondos 3/8, contornado com mangueira led 12mm e 30 led/metro na cor branca para uso externo potencia 220v		
7	UNID.	2	"PAPAI NOEL" em altura de 1,75mx 1,20m largura x 1,20m profundidade. Peça tridimensional em fibra de vidro, no formato de noel em estilizado, realista de sem boca, túnica cor vermelha, até a altura das botas punhos e bordas simulando pele branca com um bico esvoaçante na parte traseira, acentuando o movimento. Botas pretas gigantes em movimento de passo, estando uma para trás e outra para a frente. Mãos com luvas pretas se posicionam na altura do início do rosto e na parte inferior da barba		
	TOTAL GERAL				
•					

TOTAL GERAL	
O valor total dessa proposta é de R\$ ().
O prazo de validade dessa Proposta é de () dias, contado data da licitação.	os a partir da
Atenciosamente,	

Local e Data.



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

ANEXO III PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2024 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2024 TIPO: MENOR PREÇO

MINUTA DO INSTRUMENTO DE CONTRATO N° /2024

PARTES:		
CONTRATANTE:		
	, com sede na , na cidade de	
XXXXXXXXX – UF, inscrita no CNP.	J/MF N. XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato ,	
doravante denominada CONTR	, portador do CPF N. XXX.XXX. ATANTE.	XXX-XX,
CONTRATADA:		
	, com sede na	, nº
– Bairro	, na cidade de	, CEP
	CNPJ/MF N. XX.XXX.XXX/XXXX-XX,	
representada pelo seu		, senhor
	, portador do CPF N. XXX.XX	X.XXX-XX, E-
MAIL INSTITUCIONAL:		, doravante
denominada CONTRATADA, têr	m entre si justo e acordado celebrar	o presente
Instrumento de Contrato, devido	amente autorizado, que se regerá pela	s normas da
modalidade DISPENSA ELETRÔNI	corrente do PROCESSO LICITATÓRIO CA Nº 01/2024 e pelas condições que	
seguir.		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA DECORAÇÃO NATALINA NO MUNICÍPIO DE CRISÓLITA.

PARÁGRAFO ÚNICO - Integra e completa o presente Instrumento de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Instrumento Convocatório bem como a proposta da **CONTRATADA**, anexos e pareceres que formam o Processo Licitatório, independente de transcrição.



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

- **2.1** O valor estimado deste contrato é de **R\$** ______, correspondente à proposta ofertada pela CONTRATADA.
- **2.2** O **CONTRATANTE** poderá acrescer ou suprimir os quantitativos, respeitando os limites legais.
- **2.3** Serão incorporados ao contrato, mediante Termo Aditivo todas e quaisquer modificações, que venham ser necessárias durante sua vigência decorrente de alterações unilaterais do **CONTRATANTE** ou por acordo entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 - O presente instrumento terá vigência até **06 (seis) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/21

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

- **4.1 -** O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado até o 30° (trigésimo) dia, à **CONTRATADA**, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se o art. 141, da Lei 14.133/21.
- **4.1.1** A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **CONTRATADA** diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.
- **4.1.2 -** A contagem para o 30° (trigésimo) dia, previsto no caput, só iniciar-se-á após o efetivo fornecimento e aceitação atestada pela fiscalização do MUNICÍPIO e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.
- **4.1.3 -** Para execução do pagamento, **CONTRATADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do MUNICÍPIO, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.
- **4.1.4 -** Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao MUNICÍPIO.



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

- **4.2 -** A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.
- **4.3 –** O MUNICÍPIO poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela **CONTRATADA** caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:
- a) A **CONTRATADA** deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do MUNICÍPIO.
- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **CONTRATADA** atenda à cláusula infringida.
- c) A **CONTRATADA** retarde indevidamente o fornecimento ou paralise o mesmo por prazo que venha a prejudicar as atividades do MUNICÍPIO.
- d) Débito da **CONTRATADA** para com o MUNICÍPIO quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
- e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.
- **4.4** Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do MUNICÍPIO, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação do INPC do mês anterior ao do pagamento "pro rata tempore", ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 5.1 Os preços serão fixos e irreajustáveis.
- **5.1.1** Após os primeiros 12 (doze) meses contados da orçamentação, os preços poderão ser reajustados, em conformidade com a legislação vigente, com a aplicação da variação do Índice INPC.
- **5.2** Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, serem refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 124, II, "d", da Lei Federal nº 14.133/21, buscarão uma solução para a questão.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

6.1 - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

02.09.02-15.452.0023.2088-3.3.90.39.00- FICHA 0592

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **7.1.** Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:
- **7.1.1. E-MAIL INSTITUCIONAL**: É dever da empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o MUNICÍPIO, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.
- **7.2.** Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao Almoxarifado do MUNICÍPIO.
- **7.3.1.** Carregar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.
- § 1° O recebimento dos materiais será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta.
- § 2º O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo MUNICÍPIO, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações do MUNICÍPIO, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.
- **7.4.** Garantir os materiais contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.
 - **7.4.1.** Fornecer materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.
- **7.5.** Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, nos locais indicados pelo MUNICÍPIO Crisólita MG, conforme quantitativos dos produtos adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.
- **7.6.** Substituir, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, os produtos que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento.



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

- **7.7.** Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.
- **7.8.** Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuá-la de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, bem como pelo que o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contra choques e intempéries durante o transporte.
- **7.9.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), num prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.
- **7.10.** Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.
- **7.11.** Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- **7.12.** Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.
- **7.13.** Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.
- **7.14.** Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- **8.1.** O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei nº 14.133/21.
- **8.2.** Constituem obrigações do **CONTRATANTE**, além da constante do Art. 115 da Lei n.º 14.133/21, as especificadas no Edital.
- **8.3.** Acompanhar, fiscalizar e avaliar os servicos do objeto deste Contrato.
- **8.4.** Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

- **8.5.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;
- 8.6. Efetuar o pagamento na forma ajustada no Edital e no Instrumento Contratual;
- **8.7.** Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas neste Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

- **9.1.** O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21 e suas sucessivas alterações posteriores, sem direito a qualquer indenização.
- **9.2 -** Formalizada a rescisão, que vigorará a partir da data de sua comunicação à contratada, esta entregará a documentação correspondente aos serviços executados que, se aceitos pela Fiscalização, serão pagos pelo **CONTRATANTE**, deduzidos os débitos existentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

- **10.1** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:
- a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o MUNICÍPIO, na entrega da mercadoria, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- b) Multa de até 10% do total do contrato para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- c) Multa de até 10% do total do contrato para o caso de execução imperfeita do objeto.
- d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato se deixar de entregar a mercadoria, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4°, da Lei 14.133/21;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5°, da Lei 14.133/21;



CNPJ N° 01.614.283/0001-24 Praça José Quaresma da Costa, 08 – Centro – Crisólita/MG – CEP 39.885-000

- **10.2** As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.
- **10.3 -** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO

11.1 - A Contratada não poderá ceder ou transferir o contrato sem a autorização expressa da Contratante, exceto nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- **12.1 -** O presente contrato é regido pela Lei nº 14.133/21, bem como pelas cláusulas e condições constantes do Edital do DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2024, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2024.
- **12.2 -** Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº. 14.133/21, recorrendose à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Águas Formosas - MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo.

Local e Data.

Prefeito Municipal	Representante Legal do Fornecedor
TESTEMUNHAS:	
NOME:	
CPF:	
NOME:	
CPF:	